

JUDITH KARDOS KLOTZEL

85-87



A Diretoria 85-87 atuou num período de transição política na universidade e no país. Havia dificuldade de diálogo com o reitor, professor Hélio Guerra Vieira, identificado com a ditadura. Um exemplo de suas práticas foi a queima de arquivos secretos da USP no fim da sua gestão, referentes à triagem ideológica. Num processo sobre esta queima, prestei depoimento no DOPS, em julho de 1986, citando um ofício da 2a. Secção do Quartel General do II Exército, de 1972, do qual tínhamos xerocópia. Este ofício, assinado pelo comandante do Destacamento de Operações de Informações, era dirigido ao magnífico reitor, autorizando-o a entregar os documentos do universitário Enzo Nico Filho aos seus pais, “não havendo nenhum obstáculo do DOI-CODI neste sentido”. Talvez esta seja a única prova material que restou da grave interferência do Exército na universidade durante a ditadura.

Apesar de abertura parcial do regime, ainda em meados de 1986, o Coronel João Manuel Sinch Brochado propôs implantar novamente órgãos de segurança nas universidades, o que acabou não se concretizando, por pressões de vários setores das universidades, inclusive da Adusp. Outro exemplo do clima reinante foi a proibição da projeção do filme *Je vous salue, Marie*. Um aluno, responsabilizado por esta projeção na USP, foi intimado a depor na Polícia Federal, onde foi acompanhado por representante da OAB e por mim.

Quanto aos problemas acadêmicos, logo no início de nosso mandato estava em discussão na Cert a instituição de regime de trabalho de 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva. Em agosto de 1985, organizamos um seminário de três dias, com participação da

Adunicamp, Adunesp e Andes, e outros convidados (representantes do Sindicato de Arquitetos, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, entre outros), abordando o problema sob vários ângulos. O consenso era contrário a este regime, que se prestaria à burla institucionalizada, motivo pelo qual estava sendo abandonado nas universidades federais. O único defensor da hipótese argumentava pela sua necessidade nas escolas profissionalizantes, onde a experiência dos professores no mercado de trabalho seria um imperativo e havia a exigência de um número adequado de professores com tempo “integral” para o credenciamento dos cursos de pós-graduação. A Adusp desenvolveu intensa campanha junto aos membros do Conselho Universitário (CO), e certamente contribuiu para que o regime de 40 horas sem dedicação exclusiva não fosse adotado.

Publicamos o conteúdo do seminário no ano seguinte, quando o assunto entrou na pauta do CO, na discussão da reforma dos Estatutos. Nossa tese prevaleceu, em essência, abrindo-se a possibilidade de prestação de consultorias, o que alguns participantes do seminário haviam advogado.

A questão salarial permeou, como em outras épocas, todo o nosso mandato, como é natural em períodos de alta inflação. As assembleias somente despertavam interesse maior durante as campanhas salariais, e como consequência outras discussões sobre a universidade ficaram prejudicadas. Ficou claro para nós que é muito difícil conjugar atividade sindical eficiente com questões universitárias e de política educacional.

Com esta dificuldade de mobilização, a diretoria da Adusp e o Conselho de Representantes optaram por uma consulta ampla aos professores da USP, enfocando os pontos principais do Estatuto. Um grupo

de 115 associados pediu, em moldes estatutários, a convocação de uma assembléia extraordinária, que apenas atraiu 90 professores, além dos cinco membros da diretoria. Esta assembléia resolveu substituir a consulta por dois dias de discussão. Tal atitude era consequência da visão diferenciada de dois grupos politicamente distintos atuando na entidade. Em nossa gestão sempre procuramos um ponto de equilíbrio entre os mesmos. A participação nestes debates foi modesta, porém pontos polêmicos eram discutidos em comissões, e publicamos artigos de diversos professores, expressando seus pontos de vista sobre vários problemas. Muitas destas propostas acabaram levadas ao CO, sendo algumas incorporadas aos Estatutos da USP, tais como o aumento da representação estudantil no CO e a inclusão de representantes de funcionários nos órgãos colegiados.

Pouco depois da nossa posse começou o processo de indicação do novo reitor. A Adusp, a Asusp e o DCE, fizeram eleições paralelas. A maneira da consulta foi debatida, e a liderança do processo foi assumida em boa parte pela Adusp. Os nomes dos três primeiros colocados na votação dos professores foram encaminhados para o CO, pleiteando-se que fossem incluídos na lista sêxtupla submetida ao governador. A Asusp e o DCE optaram por encaminhar um único nome. Nossa lista era constituída pelos professores José Goldemberg, Guilherme Rodrigues da Silva e Dalmo de Abreu Dallari. A Asusp elegeu o professor Guilherme e o DCE, o professor Dalmo. Os três figuraram na lista do CO, e o governador indicou o Professor José Goldemberg, primeiro colocado no CO. Nosso relacionamento com a reitoria melhorou, apesar de grandes divergências existentes entre a Adusp e a direção da universidade, permitindo a defesa de professores injustiçados, o encaminhamento de reivindicações dos pesquisadores dos museus e o apoio aos funcionários, sempre que necessário. Durante este período também houve luta contínua pela reintegração de professores vítimas das chamadas “cassações brancas”.

As contínuas lutas salariais, as greves com ampla adesão e a negociação das entidades do funcionalismo tiveram como resultado uma boa recuperação salarial. Deve-se lembrar que durante o governo Montoro, e no início do governo Quéricia, os nossos salá-

rios eram negociados diretamente com o governo estadual, necessitando de aprovação da Assembléia Legislativa. Somente no decorrer do governo Quéricia foi instituída a autonomia universitária financeira, a partir da qual a negociação se dá diretamente com os reitores, que ficam limitados à porcentagem do ICMS destinada às universidades.

No período houve duas grandes greves do funcionalismo em que a Adusp assumiu papel importante, tanto na mobilização como nas negociações no grupo de associações, que passou de “Grupo dos 13” para “Grupo dos 19”.

Com a posse do governador Quéricia, diminuiu a diálogo com o governo, e o governador procurou de todas as maneiras esquivar-se do pagamento do “gatilho salarial”, mecanismo que reajustava os salários automaticamente toda vez que a inflação atingia 20%. A Adusp participou, com as demais associações do funcionalismo, de pressão diária na Assembléia Legislativa, sem muito sucesso. O governador lançava mão de todo tipo de manobra para burlar parte do que nos era devido. A questão acabou no Supremo Tribunal, e estivemos pessoalmente em Brasília para conversar com os conselheiros e acompanhar o processo. A partir de então, os nossos salários entraram novamente em decadência. As conquistas dos anos anteriores foram sendo perdidas, por negociações que o governador mantinha em separado com várias associações, enfraquecendo assim o poder de barganha.

No nível da organização nacional das Associações Docentes, houve intensa participação da Adusp nas reuniões, e no Conad. Pela primeira vez na história da Andes duas chapas disputaram a sucessão da diretoria em 1987. Cada um dos dois grupos políticos que atuavam em nossa entidade apresentou um candidato em uma das chapas. Isto é um testemunho do empenho da associação em reconhecer a necessidade de interação das associações ao nível nacional.

Encerramos nosso mandato com os níveis salariais mais elevados da década e uma razoável mobilização. O Conselho de Representantes participava assídua e ativamente das decisões fora das assembleias. Com este clima, e o interesse de grande número de professores, apresentaram-se novamente duas chapas à nossa sucessão, em saudável disputa pela diretoria.